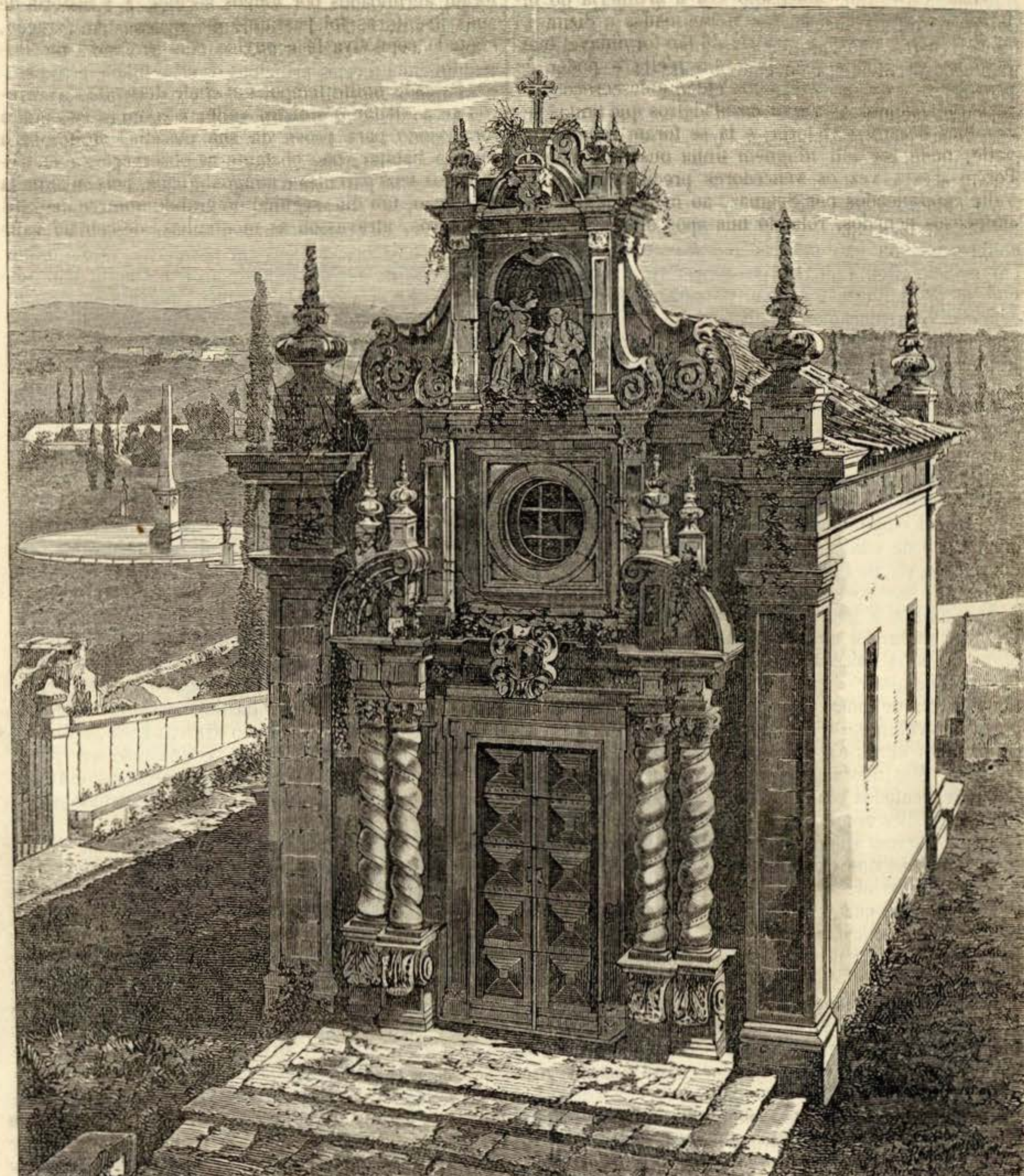


Capella de Nossa Senhora do Desterro, em Alcobaça

Esta capella, que se vê representada em a gravura junta, acha-se erecta na cêrca do mosteiro de Alcobaça. Posto que seja assoberbada pelo vulto colossal d'esse gigante de pedra, levantado a tamanha altura e grandeza pela piedade e munificencia de muitos reis, aquella ermida não desdiz, na riqueza dos materiaes e da ornamentação, do famoso monumento coevo com a fundação da monarchia.

Não cavaram nos seus alicerces régias mãos, como succedeu no visinho mosteiro; nem para os gastos da obra se abriram os cofres do estado, ou os da opulenta ordem de S. Bernardo. Essa fabrica, revestida externamente de excellentes marmores bem cinzelados, e adornada no interior com bellos retabulos de talha doirada, foi erigida pela devoção de um simples frade, conventual n'aquelle mosteiro, chamado padre mestre fr. João Paim.

Não se limitou o fundador a construir a capella, que dedicou a *Nossa Senhora do Desterro*, e a guarnecel-a com todos os paramentos e alfaias necessarios para o culto e ornamento d'ella; consignou-lhe rendas para a sustentação do mesmo culto e conservação do edificio. Para esse fim comprou e fez-lhe doação de umas fazendas, cujo rendimento dava para se celebrar na dita capella uma missa cantada todos os sabbados, e uma festa annual com muita solemnidade. Para o serviço da Senhora e aceio da ermida instituiu uma confraria, cuja confirmação obteve.

Procurámos, mas não alcançámos, noticia do anno em que se effeituou esta fundação. O padre Luiz Cardoso, que commemora no seu *Diccionario geographico* o nome do fundador, nada refere quanto á era. Achando-nos na mesma incerteza sobre a epocha precisa em que viveu fr. João Paim, apenas nos resta tirar argumento da architectura do edificio para base dos nossos juizos.

A architectura do edificio é a da renascença; não essa renascença que succedeu, para lá dos Pyrenéos, á architectura gothica; mas sim a que se introduziu em o nosso paiz, já muito modificada, no seculo XVI. As columnas torcidas, ou salomonicas, não foram usadas nos principios d'aquella introducção, pois não conhecemos ou não nos recordâmos de as ter visto em edificio algum do tempo del-rei D. João III, em que se operou esta transição na arte. Cremos que a primeira construcção em que appareceram foi a egreja e sacristia do collegio de Santo Antão, pertencente aos jesuitas, e agora hospital de S. José. Este edificio, fundado pelo cardeal-infante D. Henrique, foi começado no reinado de D. Sebastião. Porém a opposição que o povo de Lisboa fez a similhante fundação desde a abertura dos alicerces, obrigando o cardeal-infante a desistir da continuação dos trabalhos, foi causa de que sómente se désse impulso ás obras depois que o mesmo cardeal empunhou o sceptro, de modo que a principal parte da edificação foi levantada sob o governo do intruso rei D. Filippe II de Castella, o que corresponde aos fins do seculo XVI e principios do XVII.

Não tardou a generalisar-se aquella fórma de columnas, porém foi mais geralmente adoptada para as obras de talha doirada, destinadas ao adorno dos retabulos dos altares, que á ornamentação externa dos templos ou de outros quaesquer edificios. Assim o gosto das columnas salomonicas prevaleceu nas obras de madeira durante todo o seculo XVII e a maior parte do XVIII. Mas não aconteceu outro tanto com os trabalhos executados em pedra. Não diremos que no ultimo d'aquelles seculos não se cinzelasse em marmore columna alguma salomonica, mas temos para nós que quasi todas as que existem em o nosso paiz são obra do seculo anterior.

Entendemos, pois, em conclusão d'estes raciocinios, que a mencionada capella de Nossa Senhora do Desterro foi edificada no seculo XVII, ou muito no principio do XVIII.

A capella fica contigua á cêrca do mosteiro, a pouca distancia da sacristia da egreja. Outr'ora tinha na frente um jardim de murtas, com que o fundador lhe aformoseou o adro. Depois da extincção das ordens religiosas, durante o triste abandono a que foi condemnado aquelle mosteiro monumental, foram seccando as murtas, e hoje, provavelmente, não restará d'ellas mais que o logar, pois que o terreno em volta da capella foi convertido em cemiterio publico. A ermida serve ao presente para deposito dos defunctos e encommendação de suas almas.

Para esta capella veiu de Roma, por diligencias de fr. João Paim, e ahi foi depositado em um rico e brincado caixão, o corpo de Santa Constança, virgem e martyr.

A gravura que publicâmos é cópia de uma photographia.

I. DE VILHENA BARBOSA.

CARTAS PORTUGUEZAS DO PRIOR DO CRATO

Haverá de facto impressas cartas escriptas em portuguez por D. Antonio, prior do Crato?

Bibliographos ha que o affirmam, outros que o negam.

O abbade de Sever, Diogo Barbosa Machado, na sua grande *Bibliotheca lusitana*, I, 193, diz:

«*Cartas escriptas de Paris a 22 de agosto de* 1595, *ás magestades delrei christianissimo Henrique* IV, *rainha de Inglaterra, Estados Geraes, conde Mauricio, principe de Orange, e conde de Essex.* Paris, chez Jean Micard, 1607, 12. Sairam impressas em francez e portuguez. N'estas cartas, estando proximo á morte, encommenda a estes principes os seus filhos, e as pessoas, que sempre lhe assistiram e o acompanharam.»

O nosso distincto e infatigavel auctor do nunca assaz encomiado *Diccionario bibliographico portuguez*, I, 78, escreve, em referencia a estas linhas de Barbosa:

«Que estas *Cartas* existem em francez com todas as indicações referidas, não póde restar a menor dúvida, pois d'ellas vi ainda ha pouco um exemplar; porém que existam tambem em portuguez, isso é o que me parece de prova difficilima, em quanto não apparecer algum exemplar d'ellas, debalde procurado por todos os nossos mais modernos bibliographos, que tem tratado de verificar este ponto.»

Parece-me que chegou a occasião de poder desatar esta dúvida do meu prezadissimo amigo Innocencio Francisco da Silva, dúvida que porventura não nasceu senão da rapidez da inspecção feita da edição das mesmas cartas em francez, e da equivoca e incompleta descripção que da obra fizera o auctor da *Bibliotheca lusitana*.

Quem lê Barbosa, suppõe que as cartas em francez e portuguez constituem um tomo, publicado por Jean Micard, em Paris, no anno 1607, in-12.º; quando a verdade é que ellas são apenas parte do livro publicado na mesma cidade, anno e formato, pelo mesmo editor, com o titulo *Excellent et libre discovrs dv droict de la succession Royale au Royaume de Portugal.* Barbosa, que no mesmo logar cita em termos claros esta obra quando falla das cartas escriptas por D. Antonio aos papas Gregorio XIII em 1583, e Sixto V em 1585, fal-o confusamente, e do modo que já vimos, tratando das ditas cartas em portuguez e da outra em francez, escripta de Londres, a Clemente VIII, em 1595.

Porque o acaso me deparou um exemplar do rarissimo livro que suscitou e póde resolver esta questão, parece-me que não será sem utilidade para bibliophilos e bibliographos descrevel-o aqui miudamente.

Eis o titulo fielmente copiado:

Excellent et libre discovrs dv droict de la succession Royale au Royaume de Portugal: Et la legitime succession du Roy Dom Anthoine. Auec plusieurs Lettres curieuses des Papes, Rois, Princes et Monarques de la Chrestienté, sur la recognoissance du dit Dom Anthoine Roy de Portugal. Vtile et necessaire aux Amateurs de Iustice et Equité. A Paris, chez Iean Micard, tenant sa boutique au Palais, en la galerie allant à la Chancellerie, 1607.

É um volume in-12.º, de 395 paginas de numeração seguida, acabado de imprimir em 4 de janeiro 1607, como se vê da declaração que traz, e dedicado pelo impressor *A messeignevrs les serenissimes Princes de Portugal, Dom Emmanuel, et Dom Christofle.*

Em primeiro logar contém o discurso propriamente dito, que é traduzido do latim. Depois tem os seguintes documentos:

Bulla de Gregorio XIII, de 7 de setembro 1579, a D. Henrique, cardeal-rei de Portugal, sobre a legitimação de D. Antonio, filho do infante D. Luiz: pag. 240-243, em francez.

Carta do duque de Brunswick, a D. Antonio, datada de Hamburgo a 23 de dezembro 1591 (1581?): pag. 244, em latim e francez.

Carta do duque de Wurtemberg, datada de Stutgard a 14 de dezembro 1583: pag. 248 em latim e francez.

Instrucção do mesmo duque, datada tambem de Stutgard a 12 de dezembro 1583: pag. 249, em latim e francez.

Carta de Hassam-Aga, almirante do Gran-Turco, datada de Pera a 28 de junho 1583: pag. 255, em italiano e francez.

Carta do conde de Schomberg, datada de Paris a 4 de outubro 1584: pag. 261, em francez.

Carta de Mr. de Joyeuse, datada de Sn. Germain a 3 de novembro 1584: pag. 264, em francez.

Carta de Mr. de Brissac, datada de Fontenay a 21 de novembro 1584: pag. 265, em francez.

Carta da rainha-mãe Catharina de Médicis, datada de Paris a 23 de dezembro 1585, persuadindo ao rei D. Antonio que regressasse de Inglaterra (onde se tinha refugiado por causa da empreza que Mr. de Mercœur quizera fazer em França na sua pessoa): pag. 278, em francez.

Carta de Mr. de Rohan, datada *Au Parc* a 26 de janeiro 1585: pag. 281, em francez.

Carta de Mr. de Saint-Luc, datada de... a 16 de janeiro 1585: pag. 283, em francez.

Carta do conde de Leicester, datada da corte de Inglaterra a 24 de maio de 1585: pag. 284, em hespanhol e francez.

Carta da rainha de Inglaterra, Isabel, ao sherife de Marrocos, quando D. Christovam ia para elle; datada de Londres a 5 de agosto 1588: pag. 288, em francez.

Carta do secretario de Inglaterra, Francisco Walsingam, ao agente em Marrocos, antes que D. Christovam alli chegasse; datada de Londres a 5 de agosto 1588: pag. 293, em francez.

Carta de Mr. d'Espernon, datada de Angouleme a 25 de agosto 1588: pag. 297, em francez.

Carta de Burlé, gran-thesoureiro de Inglaterra, datada de Sorohampton a 5 de setembro 1591: pag. 298, em francez.

Carta de Jhon Stnhop, barão inglez, datada de... a...: pag. 299, em italiano e francez.

Carta de Henrique IV, levada a D. Antonio por seu filho mais velho D. Manuel, quando se retirava a Inglaterra, datada de Dieppe a 15 de novembro...: pag. 310, em francez.

Carta de Chaste, datada de Dieppe a 27 de julho 1592: pag. 312, em francez.

Carta da rainha Isabel, ao Gran-Turco, a fim de levar elrei de Marrocos a cumprir a promessa que fizera a D. Antonio, ou então lhe restituir seu filho D. Christovam, o qual fôra a Berberia por este negocio, datada de Londres a 11 de abril 1593: pag. 322, em francez.

Carta da dita rainha escripta a D. Antonio, que estava em França, e de que era portador seu filho segundo D. Christovam, datada de Richemond a 12 de novembro 1594: pag. 327, em italiano e francez.

Carta do conde de Essex, datada de... a 19 de novembro 1594: pag. 335, em italiano e francez.

Carta de Francisco Draech, datada de Cascaes a 21 de maio 1599: pag. 339, em hespanhol e francez.

Carta de Chasteau-neuf, que fôra embaixador de França em Inglaterra, datada de Brest a 2 de março...: pag. 346, em francez.

Carta do imperador de Marrocos Muley-Hamet, enviada por um embaixador expresso, a D. Antonio, datada de Marrocos, anno 996: pag. 347, em francez. (*Outras se acharam escriptas em lingua arabica, mas entre todas só esta estava traduzida:* se diz n'aquelle logar.)

Carta do Gran-Visir, Sitous-Bassa, datada de..., 991: pag. 349, em francez.

Á magestade delrey christianissimo Henrique quarteno, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

Á rainha de Inglaterra, Elisabeth, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

Aos Estados Geraes da Hollanda, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

Ao conde Mauricio, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

Á princeza de Oranja, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

Ao conde de Essex, datada de Paris a 22 de agosto 1595: em *portuguez* e francez.

De D. Antonio, traz as seguintes cartas:

Ao papa Gregorio XIII, datada de... a... pag. 117-239, em francez.

Ao papa Sixto V, datada da Rochella a 2 de agosto 1585: pag. 268-277, em francez.

Ao papa Clemente VIII, datada de Londres a 1 de abril 1592: pag. 306-309, em francez.

Ao mesmo papa Clemente VIII, datada de Londres a 24 de janeiro 1593: pag. 314-321, em francez.

Pelo que deixâmos apontado se vê, que no livro citado, de mistura com muitos documentos em francez, ha, com effeito, escriptas originalmente em portuguez, seis cartas do pretendente ao throno de Portugal. E, para que não reste d'isto a menor dúvida, aqui pomos o seu texto, sem mais differença que pequenas modificações orthographicas.

(Continúa) JOSÉ DE TORRES.

NAVEGAÇÃO DE VAPOR

(Conclusão. Vid. pag. 363)

VII

Grandes navios de vapor — O *Great-Eastern* — Viagens que tem feito — Consequencias do temporal que o colheu na terceira viagem — Tentativas que se realisaram com o grande vapor para a collocação do cabo electrico transatlantico — Feliz exito da ultima — Qualidades do *Great-Eastern* como paquete — Mau exito da construcção do grande navio como empreza commercial — Descripção poetica do *Great-Eastern* por Victor Hugo.

Apesar da funesta sorte que tinham tido alguns vapores de grandes dimensões, como foram o vapor inglez *President*, o vapor hollandez *Elberfeldt* e outros, os inglezes e americanos não cessaram de se occupar do problema dos grandes barcos movidos pelo vapor. O problema é devéras difficil; o grande comprimento offerece serios inconvenientes; assim, quando as ondas actuam sobre a parte média do navio e o levantam, os extremos, achando se quasi fóra d'agua, tendem a descair, produzindo grandes alquebramentos nos navios, correndo muitas vezes o risco de abrirem e separarem-se em duas ou mais partes; além d'isso, demandando muita agua, os grandes navios apresentam maiores difficuldades para a navegação nos portos e rios, deixando de poder entrar em muitos.

O maior vapor construido até hoje é o *Great-Eastern*, o gigante dos mares, a que os inglezes tinham dado o nome de *Leviathan* [1], e que o seu puritanismo obrigou a chrismar por ser o nome do demonio. Foi este enorme navio construido em Londres pelo engenheiro francez Brunel, filho d'aquelle que fez o tunnel debaixo do rio Tamisa.

Tem o *Great-Eastern* dois propulsores, um de rodas e outro heliçoidal. As machinas que movem o eixo das rodas tem quatro caldeiras com quarenta e duas fornalhas; as que dão movimento ao eixo do helice tem seis caldeiras com setenta e duas fornalhas. Consome este navio trezentas toneladas de carvão por dia, occupando os seus machinismos duzentas pessoas.

As machinas que movem as rodas são da força de 1:000 cavallos, e as do helice são da força de 1:600 cavallos. O navio é da lotação de 22:500 toneladas; tem $210^{m},92$ de comprimento e $25^{m},29$ de boca; leva 6:000 toneladas de carvão, e demanda $7^{m},63$ de agua para fluctuar.

O *Great-Eastern* fez primeiro uma viagem a New-York, depois foi a Quebec. A terceira viagem entre os Estados Unidos e a Islandia não póde ser terminada por causa de grandes avarias que o vapor

[1] Vid. pag. 12 e 267 do vol. I.

soffreu, e que o obrigaram a arribar. Depois de algum tempo, em 1865, fez nova viagem da Irlanda á Terra Nova para collocar o cabo do telegrapho transatlantico; esta operação falhou então por se ter partido o cabo a 320 milhas da Irlanda. Finalmente, em 1866 o *Great-Eastern* de novo emprehendeu outra tentativa, que foi coroada de feliz exito: tendo partido de Valentia, na Irlanda, a 13 de julho, acompanhado por tres vapores de guerra, *Terrible*, *Medway* e *Albany*, conduzindo a seu bordo o cabo, que ia desenrolando por meio de mecanismos especiaes, e lançando no fundo do Oceano, com uma velocidade de 5 milhas e meia por hora, no dia 27 do mesmo mez chegava á Terra Nova, onde entregava a outra extremidade do cabo, deixando assim estabelecida a communicação telegraphica entre o velho e o novo mundo. Até hoje o telegrapho tem funccionado regularmente atravez da linha submarina.

Durante a ultima viagem o tempo esteve magnifico; não aconteceu, porém, o mesmo nas precedentes, sobre tudo na terceira, que devia verificar-se entre a Islandia e os Estados Unidos, e que, como já dissemos, não chegou a concluir-se. N'esta derrota a cana do leme partiu-se, e, apesar dos immensos esforços da guarnição, por longo tempo se achou o colosso maritimo completamente á mercê da furia das vagas; perdeu as rodas e cinco grandes lanchas. A grande massa do navio não o deixava, é certo, ceder facilmente á acção das ondas, por modo que estas se quebravam furiosamente contra o costado; durante quinze horas padeceu o barco choques violentissimos; mas, apesar de todas as avarias que experimentou aquella grande massa inerte, não se póde dizer que provasse mal o seu systema de construcção; e, com effeito, não fez agua; os diversos repartimentos de ferro que compõem o navio não deram de si, e as machinas ficaram incolumes.

Com bom tempo deita o *Great-Eastern* 14 milhas por hora, e apresenta, além d'isso, pouco balanço; póde-se dizer que conseguiu supprimir o enjôo. Tem todas as commodidades para os passageiros; e, como o eixo do helice se acha collocado muito abaixo, as suas trepidações quasi que se não sentem. As machinas estão distantes, e por isso não ha o cheiro que mais ou menos incommoda a bordo dos vapores.

Como empreza commercial, a construcção do *Great-Eastern* foi desgraçada, o que não admira por ser o primeiro ensaio; e as despezas excederam enormemente o limite possivel das receitas.

Apesar de todos os contratempos que tem tido, o grande navio não deixa de ser uma das notaveis construcções navaes d'este seculo. O grande poeta Victor Hugo, na *Légende des siècles*, faz a seguinte descripção do gigante dos mares:

«........................Le siècle a vu sur la Tamise,
Croitre un monstre, à qui l'eau sans bornes fut promise,
Et qui longtemps, Babel des mers, eut Londres entier
Levant les yeux dans l'ombre au pied de son chantier.
Effroyable, à sept mâts mêlant cinq cheminées
Qui hennissaient au choc des vagues effrenées,
Emportant, dans le bruit des aquilons sifflants,
Dix mille hommes, fourmis eparses dans ses flancs.

....

«Les vagues fremissaient de l'avoir sur leurs croupes;
Ses sabords mugissaient; en guise de chaloupes,
Deux navires pendaient à ses porte-manteaux;
Son armure etaient faite avec tous les métaux;
Sa voilure, où l'oreille entendait le debât
Des souffles, subissant ce gréement comme un bât,
Ses hunes, ses grelins, ses palans, ses amures,
Etaient une prison de vents et de murmures;

«Son ancre avait le poids d'une tour; ses parois
Roulaient les flots, trouvant tous les ports trop étroits;
Son ombre humiliait au loin toutes les proues;
Un telegraphe etait son porte-voix; ses roues
Forgeaient la sombre mer comme deux grands marteaux;
Les flots se le passaient comme des piedestaux
Où, calme, ondulerait un triomphal colosse;
L'abîme s'abregeait sous sa lourdeur véloce.»

....

VIII

Navios arietes [1] — O *rostrum* ou esporão — Effeitos dos navios arietes — *Le Taureau*, grande navio blindado ariete pertencente á França — Applicação de dois helices independentes aos navios encouraçados — Suas vantagens.

Depois de se applicar a força elastica do vapor para mover os navios, substituindo assim tão vantajosamente o vento, pensou-se tambem em a applicar á substituição da polvora, substituindo os projectis ordinarios pelo proprio navio; tal é o principio fundamental dos *navios arietes*. Depois de tantos seculos, o *rostrum* dos romanos, que armava a proa das suas embarcações, e que era destinado a abrir os navios inimigos e mettel-os no fundo pela força do choque, torna a apparecer nos navios blindados no meio do seculo XIX; com a differença de que os effeitos dos modernos barcos com esporão devem ser muito mais grandiosos, já pela enorme massa que possuem taes navios defendidos pelas espessas couraças, já porque a velocidade lhes é dada por possantes machinas de vapor.

O esporão dos navios encouraçados é uma formidavel saliencia que tem á proa, e ás vezes tambem á pôpa, fortemente blindada e de uma grande resistencia, e que, actuando sobre um navio inimigo, pela sua grande massa e pela grande velocidade que lhe póde dar a machina de vapor, produz um choque, a que até os navios encouraçados ás vezes não resistem.

Um dos navios arietes mais notaveis, a que os inglezes chamam *iron-clad steam-rams*, é *Le Taureau*, recentemente construido em Toulon. É o novo navio encouraçado verdadeiramente original; parece uma baleia na fórma da parte superior do seu casco, apresentando uma grande e pronunciada convexidade perto d'agua. É munido de um grande *rostrum* ou esporão de bronze á proa, que não tem menos de 11 toneladas de peso, projectando um comprimento de 2^{m} dentro d'agua, abaixo do plano de fluctuação perto de $2^{m},5$.

O *Taureau* tem 60^{m} de comprimento e 14 de largura; é encouraçado perto da linha de fluctuação, a meio navio e na pôpa, tendo a couraça $0^{m},20$ de espessura. O navio tem uma só coberta toda revestida de pôpa á proa por uma carapaça de ferro que dá á secção do navio a fórma de uma especie de tartaruga.

Tem o *Taureau* á proa uma torre ou cupula de ferro cylindrica com dois andares, com 6^{m} de altura e completamente blindada. Uma unica peça constitue o armamento d'este singular navio; é de um enorme calibre (300), e montada em carreta de rodizio na parte superior da torre. O apparelho do leme fica na parte inferior da torre.

O navio ariete francez é de 2:500 toneladas de lotação, e é movido por duas machinas de vapor, cada uma da força de 250 cavallos. O propulsor compõe-se de dois helices independentes collocados á pôpa, um de cada lado. Os dois helices tem grande vantagem, sobre tudo para os grandes navios. Os esforços que se exercem sobre cada eixo ficam assim repartidos, fatigando-os muito menos; além d'isso, se sobrevem qualquer accidente a um dos eixos, o outro póde continuar a funccionar; finalmente, a independencia dos dois helices, permittindo o moverem-se ambos em sentido opposto um do outro, facilita extraordinariamente as evoluções, podendo virar rapidamente, o que não acontece aos grandes navios de helice, sobre tudo blindados, que descrevem circulos de raio immenso para virarem de bordo pela acção do leme. Nos barcos munidos de dois helices independentes póde-se virar de bordo sem intervenção da acção do leme.

[1] Veja-se o artigo sobre navios blindados, publicado a pag. 252 d'este volume.

Os navios arietes como *Le Taureau* são propriamente destinados á defesa dos portos, e, portanto, não exigem ter grandes condições de navigabilidade; possuem pequena guarnição, e consomem poucos viveres e carvão. Formam com as baterias fluctuantes e com as minas submarinas o material naval para a defesa e ataque dos portos e fortalezas maritimas.

FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES.

ARCHIPELAGO DE CABO VERDE

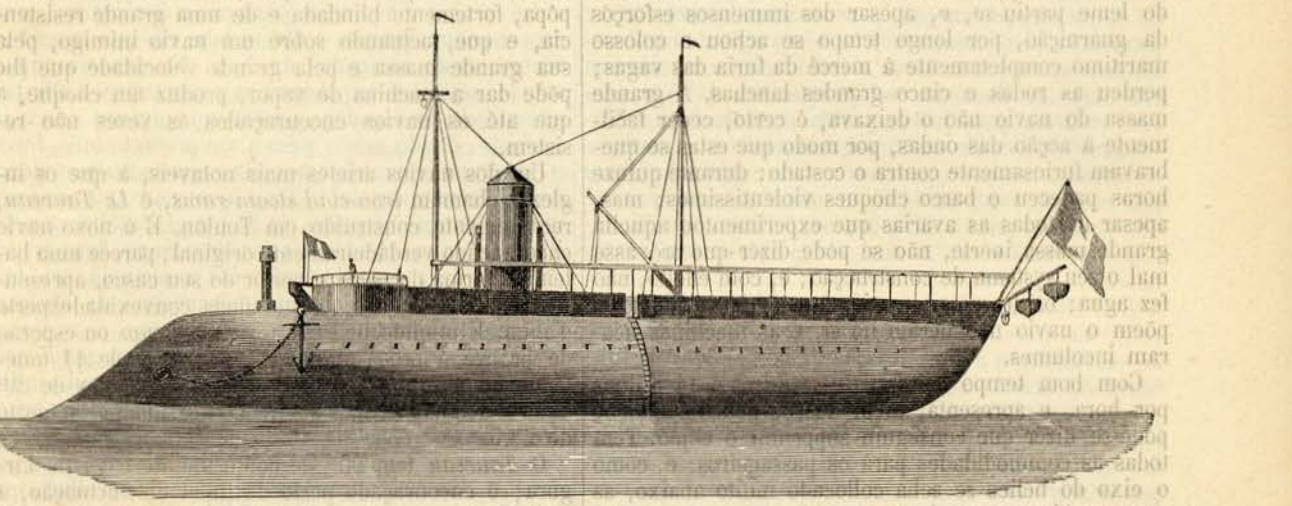
ILHA DE SANTO ANTÃO

(Vid. pag. 359)

Desfructa a ilha de Santo Antão excellente clima. São alli desconhecidas essas febres endemicas e malignas, a que chamam *carneiradas*, e que dizimam, em certos periodos do anno, a população das ilhas de S. Thiago e S. Nicolau principalmente. As sezões que tanto affligem os moradores da ilha de Maio, e as disenterias, que tantas vidas custam aos habitantes d'esta e de outras ilhas do archipelago de Cabo Verde, tambem isentam dos seus rigores a ilha afortunada de Santo Antão, que em salubridade leva vantagem á nossa Lisboa, que tanto se ufana de gozar de ares saluberrimos.

As frescas brisas do Oceano, que por todos os lados a bafejam, modificam a sua temperatura africana, fazendo-a muito menos quente que a das terras do continente situadas na mesma latitude. Apenas em alguns valles do interior, onde, por mui baixos e cercados de montanhas altas, aquellas brisas não penetram, é que se sente esse calor excessivo dos tropicos.

Junho, julho, agosto e setembro, e principalmente os dois ultimos, são os mezes das chuvas, e é isto, com alguns temporaes do sul, o que constitue o inverno. Durante esta quadra está a atmosphera mais ou menos nebulosa. Não é raro, porém, passar-se um anno e mais sem chover. Quando succede esta des-



Le Taureau, navio encouraçado ariete da marinha franceza

graça, os horrores da fome levam á sepultura milhares de victimas.

Os mezes de outubro a dezembro e de janeiro a maio são chamados os *mezes das brisas*, porque n'essa quadra sopram frescas de E. N. E. até N. N. E., as quaes ás vezes se convertem em fortes ventanias. Então o ceo conserva-se ordinariamente limpo e a atmosphera clara, excepto quando o vento, voltando a léste, traz das praias africanas aquelle sôpro ardente, que até cá nos chega no verão, parecendo suffocar os viventes, e crestando as plantas como se fossem tocadas do fogo. É em dezembro e janeiro que esse vento abrazador açoita de vez em quando as ilhas de Cabo Verde. Por essa occasião turva-se a atmosphera de vapores crassos.

As manhãs e as noites são em geral sempre frescas, tanto na ilha de Santo Antão como em todo o archipelago, e não é raro apparecerem algumas frias. As cacimbas são commummente tão copiosas, que chegam a ensopar as velas das embarcações surtas nos portos, e até as dos navios que vão sulcando aquellas aguas. Se durante a noite ou madrugada houve ventania forte, o que acontece a miude, levanta um pó mui fino e amarello, que se vae impregnar, tingindo da sua côr, em quantas velas molhadas encontra em seu caminho. D'aqui tiram motivo os que exaggeram a insalubridade de algumas ilhas do archipelago para dizerem que «nas ilhas de Cabo Verde até as velas dos navios se fazem amarellas.»

O solo da ilha de Santo Antão é argiloso, saibrento, calcareo e em partes volcanico. De envolta com o marne, o tufo encarnado, a cal, a argila e a lava volcanica, acham-se em grande abundancia as decomposições do basalto de suas montanhas. Esta diversidade de terrenos, já de si apropriados a differentes culturas, poderosamente auxiliada pela variedade de temperaturas, segundo a sua exposição mais ou menos elevada, nos valles e faldas das serras, ou nas encostas ou cumes das montanhas, dão a esta ilha as mesmas vantagens agricolas que, por singular privilegio da natureza, desfructa a ilha da Madeira.

Por conseguinte, a par da vegetação dos tropicos, que alli se gera espontaneamente, nascem e desenvolvem-se com vigor quaesquer plantas da Europa que ahi se queiram introduzir. E muitas d'estas se acham já alli introduzidas, de sorte que os habitantes d'aquelle solo abençoado cultivam e recolhem infinidade de fructas e outros productos agricolas, oriundos dos paizes quentes e dos temperados.

A estas excellentes condições naturaes ainda accresce outra tão essencial, que sem ella todas as mais ficam annulladas para o desenvolvimento e prosperidade da agricultura. Referimo-nos á abundancia de agua com que a Providencia dotou aquella ilha. São innumeraveis as fontes, regatos e ribeiras que rebentam das faldas d'essas elevadas montanhas, em que poisam continuamente densos nevoeiros. Não ha ahi valle que não seja cortado por alguma ribeira opu-

lentissima de aguas na quadra das chuvas, mas abundante, mais ou menos, nas outras estações.

Porém, como succede tantas vezes, infelizmente, nos paizes em que a natureza se mostra prodiga, aquellas ribeiras correm quasi inutilmente para a agricultura. Em quanto as searas e outras plantações valiosissimas se definham muitas vezes á sêde nas planicies que debruam essas ribeiras, levam estas para o Oceano o precioso manancial que devêra ser vida dos campos.

Além d'esta incuria relativamente ás terras cultivadas, é muito para lamentar que esteja ainda inculta a maior parte da ilha, em que se acham incluidos terrenos feracissimos.

Antes de mencionar as culturas introduzidas na ilha pela industria dos habitantes, fallaremos das plantas que, nascendo e medrando alli espontaneamente, são elementos de riqueza publica.

Poremos á frente de todas essas plantas indigenas a urzella, porque foi a primeira que constituiu uma verba importante de receita para o estado.

Descobriu-se a urzella nas ilhas de Cabo Verde no anno de 1730. Reconhecida a sua boa qualidade para as tinturarias, começou poucos annos depois a ser procurada pelo commercio, e o governo deu por arrendamento a particulares a faculdade de a colherem em todas as ilhas do archipelago. Em 1755 passou este contrato para a companhia do Grão-Pará e Maranhão. Indo desde então em augmento a exportação da urzella, tomou o governo a si a exploração d'este producto no anno de 1790, e assim se conservou até 1838, dando para o thesouro nos ultimos dezoito annos um rendimento annual de oitenta a cem contos de réis.

Em 1838 arrematou-a novamente o estado, pelo prazo de tres annos, mas d'esta vez subiu o preço da arrematação a noventa contos por anno. A descoberta da urzella em Angola, e o decreto de 17 de janeiro de 1837, que permittiu a sua livre exportação, fizeram decadente aquelle ramo de commercio de Cabo Verde. A concurrencia da urzella de Angola prejudicou tanto a de Cabo Verde nos mercados consumidores, que, não havendo quem quizesse continuar com aquella arrematação depois de 1841, viu-se obrigado o governo a assumir a antiga administração, sentindo logo no seu rendimento uma quebra de 50 por cento.

Posto que o commercio da urzella esteja na actualidade decadente, por diversas causas, tanto em Cabo Verde como nas outras provincias da Africa portugueza, não deixa a urzella de ser um producto valioso, quer pelo emprego que tem na industria, quer por não demandar cultura, mas apenas braços que a apanhem. A ilha de Santo Antão produz uma grande quantidade de urzella. Aquella immensidade de rochas e penhas, que vestem o dorso das serras e lhes coroam as cumiadas, estão mais ou menos cobertas d'essa interessante planta, que Linneu denominou *lichen rocella*, e que a sciencia moderna designa com o nome de *rocella tinctoria*.

A purgueira *(jatropha curcas)*, é outra planta utilissima, que vem espontaneamente em toda a qualidade de terreno. É um arbusto de cujo fructo se extrae o azeite mui conhecido em todos os nossos mercados pelo nome de purgueira. Os moradores de Santo Antão ha muito tempo que faziam este azeite, que empregavam nas luzes e no fabrico do sabão. Porém, como esta industria estivesse limitada ao consumo da ilha, e este precioso arbusto cobrisse, como mato, grandes extensões de terreno, cortavam-n'o desapiedadamente para lenha. A fabrica de azeite de purgueira, estabelecida em Lisboa ha vinte e tantos annos pelo sr. Burnay, deu um impulso tão grande a esta industria, que bem se póde dizer que a creou. No anno de 1843 já a exportação d'aquelle fructo, em todo o archipelago, se elevou a 552 moios. Desde então para cá tem ido em progressivo incremento, com o que muito tem augmentado tambem a navegação entre as ilhas de Cabo Verde e a metropole.

Desde que principiou a exportação do fructo da purgueira, não sómente cessou logo o córte e destruição de tão util arbusto, mas cuidou-se tambem de fazer plantações d'elle, o que se consegue rapidamente, porque, ou seja por semente ou por estaca, ao cabo de dois annos produz fructos. Accresce a isto que os terrenos mais pobres e estereis podem ser aproveitados com esta cultura.

O anil *(indigofera tinctoria)* é uma planta indigena, cuja descoberta se fez, como dissemos em outro logar, no anno de 1701. Da fabricação do anil tiraram outr'ora os condes de Santa Cruz um bom rendimento. Decaíu depois esta industria até acabar de todo, ou quasi de todo, por se voltarem as attenções para novas culturas e escassearem os braços. Entretanto, o anil podia tornar-se um grande elemento de riqueza publica.

Duas variedades de algodão, o branco *(gossypium arboreum)* e o amarello *(gossypium herbaceum)*, nascem espontaneamente e dão-se bem em quaesquer terrenos, sendo abrigados do N. E. No primeiro quartel do seculo XVIII chegou a exportar-se d'alli boa quantidade de algodão; porém um ministro pouco illustrado, dando muito peso a um pretexto futil, levou o soberano a prohibir aquella exportação por alvará de 28 de outubro de 1721. Assim morreu á nascença uma industria que podia, só de per si, felicitar aquella ilha. Todavia, abundam em toda ella as duas referidas variedades, e principalmente a segunda, que fornece o algodão de que na mesma ilha se fabricam diversos tecidos, dos quaes já fallámos.

O dragoeiro, em linguagem technica *dracæna draco*, é uma bella arvore, tambem indigena, de muita utilidade. Desenvolvendo-se com vigor e adquirindo grandes proporções, ainda que esteja em terreno arido e pedregoso, a vasta e compacta abobada, formada por densa folhagem, attrae por tal modo os orvalhos, que a aridez dos terrenos circumvisinhos é por estes muito modificada, chegando a converter-se em fecundidade quando aquellas arvores são numerosas. Do dragoeiro extrae-se por incisão a resina denominada *sangue de drago*, tão procurada e apreciada pela industria. Das suas folhas, em que abundam rijos filamentos, se faz uma especie de cairo, que empregam alli na fabricação de cordas.

No seculo XVII exportava-se d'esta ilha, por conta dos condes de Santa Cruz, boa porção d'aquella resina. Infelizmente, parece ter diminuido o numero d'estas arvores, em vez de se cuidar na sua multiplicação.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

D. FRANCISCO DE ALMEIDA

(Vid. pag. 356)

X

É chegada agora a occasião de fallarmos n'um curioso documento, que ministra por si só mais subsidios para a historia da India no tempo de D. Francisco de Almeida, e para estudo do caracter do vice-rei, do que o poderiam fazer dezenas de chronicas e biographias. Queremos fallar da famosa carta que D. Francisco de Almeida escreveu a el-rei D. Manuel, precioso autographo que já Gaspar Corrêa transcrevêra, e que, tendo sido encontrado nos nossos archivos pelo infe-

liz Lopes de Mendonça, foi publicado por elle nos *Annaes da academia*.

Quando D. Francisco de Almeida escreveu esta carta já tinha morrido D. Lourenço. Sente-se a cada instante a ira comprimida do homem que deseja viver embevecido n'um pensamento unico, saboreando a sua dor, e que se vê obrigado a occupar-se das coisas da vida, a tratar de interesses que parecem bem mesquinhos a quem tem já metade do espirito absorvido na contemplação da eternidade.

D. Manuel escrevêra frequentes vezes ao vice-rei; sempre este lhe respondia muito laconicamente, entregando a Gaspar Pereira o cuidado de narrar as suas acções, e encarregando os seus subordinados, quando voltavam ao reino, de contarem de viva voz os combates e as expedições em que tinham tomado parte.

Quando o vice-rei, sentado debaixo da ramada da fortaleza de Cochim, conversava em pratica desenfadada e amena com os seus fidalgos, dava-lhes a razão d'isto, dizendo que lhe não parecia bem um homem fallar de si, e allegando o exemplo de Gonçalo Fernandes de Cordova, de quem fôra grande amigo, e de quem era grande admirador.

Mas D. Manuel insistia com elle sêccamente para que lhe escrevesse, e o vice-rei viu-se obrigado a enviar-lhe uma longa carta, em que lhe fallava n'um tom altivo e franco, no tom em que já n'essa epocha não era costume fallar aos reis. Lendo-a, parece que estamos ouvindo um d'aquelles poderosos vassallos da edade média, que, em plenas cortes, se não ensaiavam para dizer ao soberano, que não era mais do que o primeiro entre elles, as verdades nuas, por mais asperas que fossem.

Esta carta brada mais alto do que todos os elogios que podessemos fazer a D. Francisco de Almeida, e é ao mesmo tempo um documento de eterna vergonha para el-rei D. Manuel. Quando vemos quaes eram os actos da administração de D. Francisco de Almeida que sua alteza condemnava, espantámo-nos a um tempo da superioridade de espirito do vice-rei, e da estreiteza de vistas e da pessima indole do monarcha, que os nossos historiadores nos ensinam a venerar.

Passemos uma rapida revista a esses actos:

1.º O filho de um corregedor de Lisboa, que viera na armada, trouxera uma grande carregação de biblias, porque sabia que os judeus da India tinham grande falta d'ellas, e que, portanto, podia fazer com elles grande negocio. Assim aconteceu; os judeus de Cochim correram logo a comprar os livros da sua religião, pagando-os a peso de oiro. O vice-rei era um espirito superior, mas era homem do seu tempo. Indignou-se com este acto; deu ordem aos judeus para que entregassem as biblias ao vendedor, restituindo-se-lhes o dinheiro, e ordenou que se não vendesse uma só, podendo o filho do corregedor, quando voltasse para o reino, levar outra vez a sua carregação. Um avarento confiscava-as, e vendia-as por sua conta; um fanatico mandava-as queimar; D. Francisco apenas prohibiu a venda. Querem saber o que fez el-rei D. Manuel, o que fez o homem que em Portugal mandava arrancar ás pobres mães hebraicas os filhinhos estremecidos para os educar na fé catholica, e que depois expulsava barbaramente do reino as familias, privadas d'esses entes adorados, que seriam a sua alegria e a sua consolação no exilio? Ordenou ao vice-rei que mandasse restituir as biblias ao filho do corregedor, e que lh'as deixasse vender muito a seu gosto. Isto é de uma inconsequencia que faz pasmar!

2.º D. Francisco de Almeida, achando injusto que os escravos dos homens de guerra, que se batiam como elles, e derramavam como elles o seu sangue em defesa da patria, não recebessem a mais leve recompensa, ordenou que se lhes désse soldo. Foi-lhe isto muito estranhado por sua alteza, que lhe prohibiu que o continuasse a fazer.

3.º Perdoára o vice-rei o degredo a alguns degredados que tinham combatido valentemente em diversas pelejas. Tambem esses perdões irritaram D. Manuel.

4.º Como o grande principio do vice-rei era que se devia recompensar largamente os que serviam bem, augmentou os soldos a alguns officiaes, e mandou pagar adiantado a outros, porque, sendo muito pobres, quando chegava o tempo de irem as naus para o reino, não tinham com que comprar alguma carregação. Note-se que o vice-rei fazia muitas liberalidades com os seus proprios dinheiros, e que, para não sobrecarregar a fazenda real, não quizera levantar o seu ordenado nos dois ultimos annos do seu governo. Note-se tambem que na India andavam os soldos atrazados dois e tres annos, e que muitos soldados, vendo-se miseraveis no meio da opulencia que os rodeava, fugiam para o inimigo, que lhes pagava por isso grossas quantias. Sua alteza punha em Lisboa as mãos na cabeça sabendo d'estas loucas prodigalidades do vice-rei!

Não protrahiremos a analyse; podem os leitores ver por estes quatro quesitos quaes eram as honrosas culpas do vice-rei, e o modo como o successor do *principe perfeito* entendia dever pagar aos que na India tão bem o serviam. Sei quantas intrigas rodeavam o monarcha, sei como os seus cortezãos lhe desfiguravam a verdade, narrando-lhe como arbitrariedades os actos mais simples de D. Francisco de Almeida, mas sei tambem que ainda que o vice-rei exorbitasse das suas attribuições, praticando actos tão nobres como eram recompensar e perdoar, não devia o monarcha representar perante os seus valentes servidores o papel de ingrato, annullando sêccamente as mercês feitas aos homens que lhe arrojavam aos pés todas as riquezas do Indostão, e cujos grandes feitos lhe doiraram o diadema aos olhos da posteridade.

N'esta preciosa carta expõe tambem D. Francisco de Almeida as suas idéas ácerca da politica a seguir na India, e do modo como se deviam administrar aquelles vastos estados. Os seus planos não tem a grandeza assustadora dos projectos de Affonso de Albuquerque, mas são talvez de um bom senso mais pratico.

Affonso de Albuquerque formára o projecto de um vasto imperio no Oriente, imperio fundado na intima alliança dos portuguezes com as raças indigenas. Os portuguezes deviam sim dominar o mar, mas deviam tambem occupar alguns pontos principaes na India, d'onde podessem estender o seu protectorado sobre os differentes rajahs agrupados á sombra da nossa bandeira.

O projecto seria realisavel, se o fanatismo e as exacções dos portuguezes não acirrassem a cada passo o odio em que os indios transformaram o affecto que o grande vulto de Affonso de Albuquerque lhes conseguiu inspirar.

D. Francisco de Almeida não ousaria conceber este plano. Temia que Portugal se enfraquecesse com tão distantes colonias. Não só não queria estabelecer-se na India, mas até não desejava que se fundassem fortalezas. O seu projecto era proteger o commercio portuguez com fortes esquadras, cujos soldados se não occupassem em mercadejar, mas a cuja sombra os mercadores podessem conquistar o monopolio dos negocios indianos. Este plano era mais terra a terra, mas tinha grandes vantagens praticas; para executar o outro era necessario que sempre houvesse homens de genio a regerem a India, e Affonsos de Albuquerque só uma vez apparecem na historia de uma nação.

(Continúa) M. Pinheiro Chagas.

LUCTO

Lucto quer dizer afflicção intima, pena, desgosto. Refere-se tanto á dor como ao apparato da dor; á reunião das pessoas que seguem a pompa funebre; aos vestidos e insignias que as distinguem; e ao regulamento do ceremonial luctuoso.

As côres do lucto tem variado segundo os povos e segundo os tempos.

Na antiguidade, para os egypcios a côr do lucto era amarella, e para os ethiopes cinzenta. Em Roma e Sparta as mulheres trajavam de branco, mas só as mulheres. Na edade média, e até o principio do seculo XVI, o branco era tambem nas Hespanhas a côr do lucto para as mulheres. Na China e em Sião o branco é ainda a côr funebre. Na Turquia é o azul e violaceo. Na maior parte das nações européas a côr preta prevaleceu; é egualmente a côr do lucto dos gregos e romanos, de cujos antigos usos participam em grande parte as nações mais civilisadas.

Taes differenças não são effeito do capricho.

Cada povo, cada seculo alliava uma idéa particular á côr com que buscava interpretar os seus dolorosos sentimentos. Viam uns no amarello, côr da folha que sécca, a imagem da decomposição dos corpos; os outros, no azul, a imagem da celeste morada que deve habitar a alma do justo; o cinzento recordava a terra d'onde o homem saía e para onde ia; o violaceo, côr sombria que tambem participa do azul, expressava para alguns a esperança e a dor; o branco, para os chinezes, que honravam nas almas dos antepassados os genios protectores, era symbolo de pureza e de immortalidade. Entre os gregos e romanos, para os quaes morrer era cair *em a noite eterna*,

Loca nocte silentia latè,

o preto lembrava esta idéa lugubre.

De todas as côres usadas é, sem dúvida, a que mais convem ao lucto. O aspecto de uma côr póde revelar a dolorosa recordação que a ella se alliou; mas o preto desperta para logo um triste sentimento. A côr negra, pois, por sua natureza, é o proprio lucto.

Os orientaes cortavam os cabellos em signal de lucto. Este uso era tambem seguido pelos gregos. O primeiro acto de piedade filial com que Orestes assignalou o seu regresso a Argos, foi cortar os cabellos sobre o tumulo de Agamemnon. Os romanos, pelo contrario, deixavam crescer a barba e os cabellos.

A differença d'estes usos não mostrará que cada povo procura indicar o lucto pelas praticas mais oppostas aos seus habitos? Ora os gregos usavam os cabellos e a barba compridos; e os romanos tinham os cabellos mui curtos e a barba quasi sempre rapada.

As demonstrações de lucto entre os judeus ainda eram mais notaveis. Quando occorria a morte dos paes não só arrancavam os cabellos, mas despedaçavam os vestidos e mettiam-se em especie de saccos, ou cilicios, roupas de estofos grosseiros, que necessariamente incommodavam, e de côres cinzento-escuro ou preto. Além d'isso, quando quebravam o jejum obrigatorio n'essas occasiões, tomavam a refeição na terra, e ahi procuravam conciliar o somno. Andavam, em fim, com os pés descalços, não se aqueciam, nem cuidavam das barbas nem das unhas, e até se cohibiam do uso dos banhos, tão geral entre elles. Os judeus, que só viam na desgraça a punição do crime, davam ao lucto o caracter de penitencia.

A natureza não podia tolerar por muito tempo similhantes austeridades; e por isso que o uso as exaggerava, a lei limitava-as. A duração do lucto dos judeus não excedia sete dias. *Luctus mortui septem dies*. E achando este periodo ainda longo, encurtaram-n'o mais.

Os luctos de Saul, de Judith e de Herodes foram apenas de sete dias; os de Moysés e Aaron foram de trinta. Era então para os judeus a maior duração do lucto. «Devia bastar, diz Flavio Joseph nas suas *Antiguidades judaicas*, aos mais esclarecidos tanto na morte dos parentes proximos, como na dos amigos estimados.»

Não o entendiam assim os romanos. O lucto entre elles durou até dez mezes. N'esse lapso de tempo, as viuvas não podiam casar-se novamente sem infamia. Não tomavam lucto por um filho fallecido até os tres annos; mas pelos que morriam entre os tres e dez annos usavam-n'o tantos mezes quantos annos contava a criança.

A duração do lucto foi por vezes limitada em Roma pela politica do senado. Depois da batalha de Canas foi prescripto por trinta dias. A republica desejava ardentemente que desapparecesse em pouco tempo um testimunho de tantas dores particulares, que recordava tamanha desgraça publica.

Lycurgo fixou a duração do lucto em onze dias, e, segundo refere Plutarco, porque não podia ver nada inutil nem frivolo.

O lucto em Roma, pelo obito de um imperador, ainda era mais curto. Decorridos sete dias depois da morte, fazia-se a sua apotheose no campo de Marte, e sería impio o que manifestasse pezar de um acontecimento que elevava os imperadores á categoria dos deuses.

Entre nós, a duração do lucto é mais longa que entre os romanos, e existe regulada desde 1749, com pequenas alterações, d'este modo: seis mezes pelas pessoas reaes, por marido ou mulher, paes, filhos, avós, bisavós, netos ou bisnetos; quatro mezes pelos sogros, sogras, genros, noras, irmãos ou cunhados; dois mezes por tios, sobrinhos ou primos co-irmãos; e quinze dias por outros parentes em grau mais afastado.

Os chamados luctos publicos, isto é, aos que a nação é obrigada quando se fina a pessoa reinante, tem egualmente variado, pois que, sendo de dois annos o lucto pelo rei D. João V, por occasião do fallecimento de outros reis, em epochas posteriores, durou um anno, e desde 1834 não tem excedido a seis mezes. Note-se, porém, que o tempo do lucto é sempre contado metade *pesado* e metade *alliviado*.

Nos luctos particulares, muitas familias não seguem rigorosamente os preceitos da pragmatica, pois temos visto usar pelos paes ou maridos um anno ou seis mezes *pesados*; e algumas viuvas levam a demonstração do seu sentimento pela morte do esposo até o ponto de usarem vestidos de côr preta ou violacea no resto da vida, quando não passam a segundas nupcias.

Até á morte de D. Filippa, tia del-rei D. Manuel, em que se prescreveu a côr preta, as vestes de lucto em Portugal eram de burel branco.

Na Gran-Bretanha, pela relação do pomposo saimento da rainha Maria, em 1694, sabe-se que já alli era usada a côr preta como indicativa de lucto.

Na maior parte das tribus africanas, quando morre algum parente, não se accende fogo na casa do defuncto; as mulheres usam por uma semana o rosto coberto com véo preto, e os homens durante um mez não fazem a barba.

Os indigenas da America do Norte, n'essas occasiões dolorosas, fazem desapparecer logo os objectos que pertenceram ao finado, e deixam de pronunciar para sempre, nas conversações, os nomes dos que se partiram da terra.

Em França, onde a côr preta para o lucto foi introduzida, se não errâmos, nos fins do seculo XVI ou começo do XVII, usou-se uma côr viva, como o encarnado ou purpura, por determinação de Luiz XI, quando falleceu o seu antecessor. B. A.